Notícias do dia 19 de dezembro

TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Otimismo - FIO DIRETO

SUELY ARANTES

Pessoas próximas a Maguito Vilela, prefeito eleito de **Goiânia**, acreditam que ele estará livre da sedação nos próximos dias e já poderá dar as primeiras orientações à comissão de transição e conversar sobre a composição do secretariado.

Briga boa

Promete muito o duelo entre Mauro Rubem e Gabriela Rodart (DC). Mauro é do PT e Rodart bolsonarista. Os dois foram eleitos para a Câmara de **Goiânia**. O petista, os goianienses já conhecem seu posicionamento radical e a novata, que nem tomou posse já criou caso ao afirmar que é contra o uso obrigatório de máscara e avisou que não vai usar o acessório de proteção na Câmara a partir de janeiro.

Mudar de ninho

Palacianos pensam em procurar o deputado federal Célio Silveira na tentativa de convencê-lo a trocar o PSDB pelo DEM. Assim, raciocinam os caiadistas, facilita a reeleição de Silveira em 2022.

Sinal verde

A proposta que estabelece isenção de taxa para emissão se segunda via de documento furtado ou roubado foi aprovada em segunda e última votação na quinta-feira, 17.0 autor do projeto, deputado Eduardo Prado, explica que a vítima deverá, no prazo de 30 dias, apresentar o boletim de ocorrência para conseguir a isenção.

Penalidades

De acordo com o projeto, a falsa comunicação dos crimes de furto ou roubo com o objetivo de obter o benefício acarretará sanções previstas no Código Penal Brasileiro. O texto segue agora para sanção do governador Ronaldo Caiado.

Mau começo

Faltando pouco menos de 15 dias, a eleição para a presidência da Câmara de **Goiânia** continua totalmente indefinida.

Autoritarismo

No julgamento em que o STF decidiu obrigar as pessoas (só que não) a tomar uma vacina que sequer está disponível, apenas o ministro Nunes Marques divergiu, lembrando que a medida é aceitável só em último caso. O restante optou pela via autoritária.

Provocação

O governador João Doria convidou Lula e Dilma para tomarem a Coronavac, segundo a Folha de S. Paulo. Ele já havia convidado FHC, José Sarney e Michel Temer.

Projeto exige comprovante de vacinação contra Covid para matrículas nas escolas de **Goiás**

O deputad Henrique Arantes (MDB) apresentou projeto de lei que obriga comprovante de vacinação contra Covid-19 para efetivação de matrículas em toda a rede do ensino fundamental, médio e superior das instituições públicas ou privadas em **Goiás**. A medida considera o plano de vacinação coordenado pelo governo e, por isso, passaria a valer a partir de julho de 2021.De acordo com o deputado, o essencial deste

projeto é garantir 100% da imunização entre estudantes em todo Estado e impedir a propagação da doença em instituições de ensino, quando houver a retomada das aulas presenciais.

Caso haja descumprimento, o projeto prevê que a instituição receba sanções administrativas, civis ou penais. "O que deve ser considerado é exclusivamente a segurança sanitária no ambiente escolar ou universitário para todos, incluindo a segurança para funcionários administrativos e professores. Essa é uma garantia que devemos oferecer para uma retomada das aulas presenciais de forma consciente e segura", explica Arantes. Essa proposta não é novidade na Assembleia. Defensor da vacinação para erradicação de doenças, Henrique Arantes, por exemplo, já apresentou um projeto semelhante em setembro de 2019.0 projeto de lei N° 5240/19 prevê como requisito obrigatório para matrículas o comprovante de vacinação atualizado contra doenças contagiosas, conforme o Cronograma Nacional de Imunização. A matéria teve parecer aprovado na CG em outubro de 2019, mas está parada na Comissão de Saúde desde junho deste ano.

Aprovação unânime

Por 27 votos a 0, foi aprovada em segunda votação a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do Executivo, que acrescenta o artigo 181-B à Constituição Estadual com o objetivo de incluir autorização para o estabelecimento de fundos para provimento de aposentadorias. A PEC busca atender requerimento da **Goiás** Previdência.

0 que diz a PEC

O artigo que será acrescentado à Constituição Estadual vai tratar sobre "a possibilidade de constituição por parte do Estado e de seus municípios, por meio de lei, de fundos integrados pelos recursos provenientes de contribuições e por bens, direitos e ativos de qualquer natureza." A proposta tem o objetivo de garantir recursos para o pagamento de proventos de aposentadorias e de pensões concedidas aos respectivos servidores e a seus dependentes.

Multas do **TCE** são reajustadas para até R$ 88 mil em 2021

+ O valor máximo para as multas aplicáveis pelo **Tribunal de Contas do Estado** foi fixado em R$ 88.043,32 para o exercício de 2021, passando a valer a partir da publicação da Resolução Normativa n° 11/2020, aprovada na sessão plenária virtual concluída na última quarta-feira,16 e publicada no Diário Eletrônico de Contas ontem. O relator foi o **conselheiro Saulo Mesquita**.

+ Para chegar aos novos valores, o Tribunal utilizou o mesmo índice da atualização dos créditos tributários do Estado de **Goiás**, chegando a um aumento de mais de R$ 15 mil com relação aos RS RS 72.718,01 utilizados até então.

+ Segundo o artigo 112 da Lei Orgânica do **TCE** goiano (Lei n° 16.168/07), as multas poderão ser aplicadas nos percentuais sobre esse valor indicados caso a caso, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei e, quando pagas após o vencimento devem ser atualizadas monetariamente na data da efetiva quitação. O valor máximo é atualizado no mês de dezembro de cada ano.

Linha cruzada

* A Secretaria de Estado de Cultura já esta avaliando as propostas aprovadas na primeira fase dos editais da Lei Aldir Blanc. Uma comissão, composta por técnicos da pasta e do Conselho Estadual de Cultura, vai analisar todos os proponentes acatados.

* O resultado dessa segunda fase de avaliação será publicado na próxima terça-feira, 22.

* A Defensoria Pública de **Goiás** terá expediente diferenciado entre os dias 20 de dezembro e 6 de janeiro, em razão do recesso forense. Neste período, as unidades funcionarão 24 horas em regime de plantão defensoria especial e os serviços serão prestados por meio do telefone (62) 9 8322-0141.

* A alteração abrange todas as unidades localizadas em **Goiânia**, Aparecida de **Goiânia**, Inhumas, Trindade e Anápolis.

Site: http://impresso.dm.com.br/edicao/20201219